

<p style="text-align: center;">Ata de Reunião:</p> <p style="text-align: center;">4ª. Mesa Executiva do Grupo de Trabalho Integração entre o Setor de Gás Natural e a Indústria</p>	<p>Data:</p> <p style="text-align: center;">27/nov/2020</p>
<p style="text-align: center;">Local: Videoconferência por MS Teams</p>	
<p style="text-align: center;">Horário: 9:30h – 11:30h</p>	
<p style="text-align: center;">Participantes</p>	
<p>Adriano de Carvalho Paranaíba (SEAE/ME) Aldo Barroso Cores Júnior (DGN/SPG/MME) Anabal (ABPIP) André Regra (SECAP/ME) Cristiane Landredahl (CADE) Daniela Santos (ABRACE) Diogo Lisbona Romeiro (CERI/ FGV) Edson Daniel Lopes Gonçalves (CERI/ FGV) Eliezer de Lima Lopes (SEAE/ME) Fátima Giovanna (ABIQUIM) Fernando Massaharu (DGN/SPG/MME) Guilherme de Biasi Cordeiro Helder Queiroz (UFRJ) Hélio da Cunha Bisagii (ANP) Heloísa Borges (EPE) Joisa Campanher Dutra Saraiva (CERI/ FGV) José Andrade (IBP) José Bittencourt Jr Jorge Delmonte (IBP) Juliana Borges de Lima Falcão (CNI) Karine Alves de Siqueira (ONIP) Larissa Dantas (Potigas) Leonardo Jordão da Silva (CADE) Lucien Belmonte (Abividro) Luciana Nunes (Equinor) Luciana Rocha de Moura Márcio Félix (ONIP) Marcelo Araújo Matias Pimentel (CNI) Marcelo Colomer (UFRJ) Marcello Gomes Weydt (ANP) Maurício Marins Machado (SEAE/ME) Patricia da Silva Pereira (SEAE/ME) Pedro Dias (BNDES) Rafael C. de M. Ferraz (SEAE/ME) Rômulo Florentino (ABPIP)</p>	

Ata da Reunião

A 4ª Mesa Executiva do Grupo de Trabalho (GT) Integração entre o Setor de Gás Natural e a Indústria foi iniciada pela SEAE/SEPEC/ME com apresentação dos temas pelo Subsecretário de Competitividade e Melhorias Regulatórias da SEAE, Adriano Paranaíba, que alcançam o acesso de terceiros às infraestruturas essenciais na indústria de gás natural. Participaram da mesa os Professores Hélder Queiroz e Marcelo Colomer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Professora Joísa Dutra da FGV CERI, os representantes da Organização Nacional da Indústria do Petróleo e da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), as associações representantes dos consumidores industriais (Abiquim, CNI, Abividro e Abrace) e os membros do Comitê do Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN).

1. Apresentação dos professores Hélder Queiroz e Marcelo Colomer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Os Professores Hélder Queiroz e Marcelo Colomer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ressaltaram que há uma série de etapas regulatórias após aprovação do PL do Gás. Uma das preocupações é a incerteza de quais serão as etapas de implementação desse ato normativo.

Algumas reflexões foram apresentadas pelos professores:

- i) o gás natural pode ser substituído por outros combustíveis. Por isso, é importante uma visão integrada;
- ii) necessidade de harmonização das alíquotas de ICMS a fim de evitar que a política tributária seja um fator de competitividade do mercado;
- iii) importância de harmonizar regulações federal e estadual para potencializar iniciativas de abertura do mercado;
- iv) regime de autorização para a atividade de transporte apresenta vantagens concorrenciais para o mercado de gás, mas definição do novo marco normativo é chave para realização de investimentos;
- v) necessidade de coordenação das regulações sobre o acesso de terceiros à infraestrutura.

2. ABPIP

De acordo com o representante da ABPIP, a constituição do Novo Mercado do Gás depende do acesso à UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) que é um fator considerado relevante para o desenvolvimento do mercado de gás *onshore*. Para tanto, no âmbito do Reate, o representante informou o estabelecimento do cronograma para acesso à UPGN, localizada no município de Guamaré (RN), com a previsão dos seguintes marcos temporais:

- i) até o 06 de dezembro, divulgação do preço de acesso à UPGN pela Petrobras; e
- ii) até março de 2021, há previsão do início do acesso de terceiros.

O representante também ressaltou que a operacionalização do acesso de terceiros à UPGN Guamaré poderá ser um *benchmark* para todas as outras regiões produtoras de gás. Pontuou outros aspectos importante para a promoção da concorrência no mercado de gás, como a harmonização das regras do ICMS e a regulação do usuário livre.

3. Onip

Segundo os representantes da ONIP, os gasodutos de transporte e de distribuição apresentam maior encargo regulatório que os gasodutos de escoamento que são da área de exploração e produção das empresas. Ressaltaram inclusive a experiência do compartilhamento da infraestrutura offshore do Mar do Norte que pode servir de *benchmarking* para a experiência brasileira.

Os representantes também consideram que o acesso à UPGN de Guamaré pode ser um *benchmarking* para avaliar a operacionalização do acesso de terceiros às demais infraestruturas essenciais do país.

4. EPE

A representante da EPE ressaltou o senso de urgência e necessidade de operacionalização do acesso de terceiros às infraestruturas essenciais, com a devida transparência do prazo, preço e condição comercial. Sem definir essas condições, segundo a representante, a previsibilidade do acesso de terceiros pode apresentar uma baixa efetividade para a abertura do mercado de gás natural.

5. IBP

De acordo com representante do IBP, o acesso às infraestruturas essenciais é uma condição necessária para a promoção da concorrência do mercado de gás natural. Nesse sentido, o representante informou que o Instituto lançou o “Caderno de Boas Práticas – Diretrizes para Acesso à Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN”, em 2018 (<https://www.ibp.org.br/noticias/caderno-de-boas-praticas-para-acesso-a-upgn-e-lancado-durante-a-rio-oil-gas-2018/>)

6. Questionamentos

6.1. ABIQUIM

Segundo a representante da ABIQUIM, a indústria química pode ser âncora de consumo do mercado de gás natural. Outra observação apontada é que, no curto prazo, o acesso à infraestrutura é essencial para competitividade.

6.2. CNI

A representante da CNI solicitou informações sobre o acesso às infraestruturas essenciais para a produção de gás *offshore*, de forma a apurar se há avanços. Segundo a representante, algumas empresas são sócias da Petrobrás nos gasodutos de escoamento, sendo relevante para a concorrência saber a possibilidade de acesso de outras empresas às infraestruturas essenciais, inclusive, em vista de chamadas públicas das distribuidoras de gás canalizado.

6.3. Equinor

De acordo com a representante da Equinor, há necessidade de abordar outros aspectos que também impactam as decisões de investimento ou o acesso do gás no curto prazo, como, por exemplo, a diferença entre as negociações das rotas e o acesso para o gás produzido offshore, principalmente, na Bacia de Campos. Segundo a representante da Equinor, é relevante o *timing* das discussões, bem como a definição de preço e condições de acesso e outras questões de comercialização discutidas na Mesa Executiva.

Outra questão abordada pela representante da Equinor é a conexão de novas infraestruturas ao sistema de transporte. Sobre esse aspecto, observou que há dúvidas se a conexão de novas UPGN ao sistema de transporte devem ser precedidas de autorização ou concessão. Essas incertezas dificultam decisões de investimento de novas UPGN conectadas ao mercado.

6.4. BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social)

O representante do BNDES informou que os técnicos do Banco estão consolidando os resultados do processo de manifestação de interesse de cerca de 30 grupos industriais. A partir dos formulários recebidos, o representante observou a dificuldade de o mercado identificar o nível de preços do gás natural que viabiliza novas decisões de investimento.

6.5. CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Sobre a questão do Terminal de Regaseificação da Bahia, o representante do CADE registrou que a *Golar Power* apresentou uma denúncia a esse Conselho (consta nos autos públicos do processo) e que a 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro determinou que a Petrobras abra um novo prazo para manifestação sobre a desclassificação da *Golar Power*.

Sobre a UPGN de Guamaré, o representante informou que a ANP já oficiou a Petrobras, para que até o dia 6 de dezembro seja apresentada uma proposta comercial de acesso a essa UPGN.

7. Encaminhamentos

Após *feedback* das Mesas Executivas anteriores e comentário de ações em curso de integração de políticas nas iniciativas de promoção da concorrência na indústria de gás natural, o Coordenador-Geral de Desregulamentação e Competitividade da SEAE, Mauricio Marins Machado, acordou os seguintes encaminhamentos:

- i) envio ao IBP de solicitação de informações sobre o cronograma do acesso de terceiros aos Sistemas Integrados de Escoamento e Processamento de Gás Natural (SIE e SIP), pactuados entre o agente dominante do setor e seus parceiros, se possível com dados de custo e outras condições comerciais para esse acesso; e
- ii) levar ao CMGN a questão do *roadmap* das ações regulatórias após a aprovação do PL do Gás, assim como a de outras iniciativas de integração da política de gás natural com as demais ações públicas no setor de energia, além das já existentes.